



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

CIDADE DO PORTO, PORTUGAL, 18 DE OUTUBRO DE 1998

Este é um foro importante para tratar de questões como a da globalização e suas conseqüências para as nossas sociedades. Primeiramente, porque, em seus antecedentes históricos, a globalização traz a marca ibero-americana. As grandes navegações foram um capítulo crucial no processo de criação das bases de uma economia mundial.

Em segundo lugar, temos posições variadas no sistema internacional, mas temos também interesses comuns, que se vêem afetados pela globalização e que nos movem a buscar uma compreensão comum do que está ocorrendo no mundo, em particular em momentos de crise, como o atual.

Cada um de nossos países tem sido afetado pela crise, tem consciência de sua gravidade, de seu alcance. Sabemos que é necessária e urgente a ação decisiva, por parte dos Governos, para enfrentar a crise, para evitar que ela se alastre ainda mais e para minorar os seus efeitos, particularmente sobre os setores mais vulneráveis.

No Brasil, a nota dominante de nossos esforços é a preservação de nossa moeda e da estabilidade de nossa economia, com vistas ao crescimento sustentado e à justiça social. Para isso, o país está engajado em

uma discussão nacional sem precedentes, tanto pelo seu elevado grau de prioridade na agenda política como pela profundidade de conteúdo, sobre como melhor enfrentar o desafio do equilíbrio fiscal. Isso envolve a continuidade do processo de reformas internas, com o objetivo de assegurar uma base sólida e racional para as contas públicas, o que é essencial para a redução das taxas de juros e, portanto, para o crescimento.

Mas os desafios que temos que enfrentar não são apenas nacionais. Boa parte deles – notadamente aqueles relativos aos fluxos internacionais de capital – situa-se no plano dos problemas que não podem ser resolvidos por nenhum país isoladamente.

Já há alguns anos que venho insistindo sobre a importância de aprimorar a cooperação internacional nessa matéria.

Fala-se, agora, e com razão, da necessidade de uma rediscussão da arquitetura do sistema financeiro internacional e do papel das instituições financeiras internacionais.

A necessidade de reforçar a estabilidade do sistema financeiro internacional já é um consenso. O que até há pouco tempo era uma demanda dos países chamados emergentes – às vezes criticada como uma tentativa de mascarar suas dificuldades internas – tornou-se hoje também uma bandeira dos líderes dos principais países industrializados.

Por sua magnitude e velocidade de propagação, a crise atual tem obrigado a todos, mesmo os que se opunham a qualquer forma de regulação, a repensar a estrutura do sistema financeiro internacional.

As chamadas instituições de Bretton Woods foram originalmente criadas para responder às necessidades de um mundo com taxas de câmbio fixas e controles de fluxos de capital cujos volumes eram irrisórios se comparados aos de hoje. Essas instituições envelheceram e não estão plenamente preparadas para enfrentar os atuais desafios.

Alguns pontos já estão claros e precisam, com urgência, ser implementados, como por exemplo: a necessidade de maior transparência; o aprimoramento dos instrumentos de supervisão e regulação; a melhor capacitação das instituições financeiras internacionais e a adoção por elas de um enfoque preventivo; e – por último, mas não menos importante – mecanismos para minimizar o impacto social das crises.

Essas são condições necessárias, mas não suficientes. Será preciso avançar ainda mais. É preciso enfrentar, ainda, outras fontes de instabilidade do atual sistema financeiro internacional, como o excesso de alavancagem e a volatilidade dos fluxos de capital.

A excessiva alavancagem favorece a rápida contaminação entre instituições financeiras, ou entre países, potencializando crises que poderiam ser mais facilmente controladas se fossem localizadas.

Portanto, sem a regulação dos Fundos de Investimento e outras instituições não-bancárias que trabalham com operações *off balance* e *off shore*, qualquer medida será inócua. São esses fundos que viabilizam o atual grau de alavancagem, introduzindo uma profunda instabilidade no sistema.

A volatilidade dos fluxos de capital é outra ameaça constante ao sistema financeiro internacional. Permite os ataques especulativos, que afetam tanto economias desenvolvidas como as emergentes. É claro que somos nós, países em desenvolvimento, os que mais sofremos as consequências, que nos prejudicam os esforços de ajuste e de crescimento. Os países emergentes podem tornar-se, com isso, fator de instabilidade para o sistema.

Como os demais aspectos da atual conjuntura de crise, este é um tema que acentua os interesses comuns compartilhados por países emergentes e países industrializados. No mundo atual, não há mais a possibilidade de uma solução para a crise sem o equacionamento satisfatório da questão do financiamento dos países emergentes. O volume de recursos aplicados nessas economias, o tamanho de seus mercados, o espaço que vêm conquistando na economia globalizada transformaram-nas em parceiros indispensáveis.

A globalização, a despeito das assimetrias que se mantêm, produziu uma nova comunidade de interesses entre o Norte e o Sul. Do êxito dos países emergentes depende a estabilidade da economia internacional. Se soubermos tirar as consequências dessa nova realidade, estaremos assentando as bases para a construção de uma ordem internacional mais justa e mais estável, a ordem internacional que a globalização demanda.

Não nos esqueçamos, na reconstrução da ordem mundial, de que as questões da globalização não se restringem a seus aspectos financeiros. Até agora, a liberalização comercial não acompanhou a liberdade dos fluxos de capital financeiro. Ela continua seletiva e assimétrica, favorecendo principalmente os produtos e serviços fornecidos pelos países industrializados.

Tanto as exportações de manufaturados dos países emergentes – siderúrgicos, têxteis, sapatos, sucos industrializados, etc. – como, sobretudo, os produtos agropecuários continuam inaceitavelmente contidos pelas barreiras tarifárias e não-tarifárias dos países ricos.

A nova ordem que buscamos requer, portanto, não apenas a revisão das instituições internacionais de gestão financeira, como uma globalização simétrica, que garanta o acesso aos mercados dos países desenvolvidos, sob pena de estiolarem as negociações da OMC.

Diante desse desafio, não devemos ter medo de inovar onde necessário. Uma das idéias, no campo da regulação financeira, que merecem consideração séria é a do estabelecimento de uma taxa sobre os fluxos de capital de curto prazo, tal como proposta pelo economista James Tobin, que a avaliava em 0,5%.

Parte dos recursos auferidos com essa taxa poderia ser utilizada para a criação de um fundo de estabilização – eventualmente à disposição do FMI –, fundo que seria, de certa forma, inspirado nas idéias sobre a criação de um Banco Central Mundial, apresentadas por Keynes em Bretton Woods. Outra parte poderia ser destinada ao Banco Mundial, para programas de combate à pobreza. Um grupo como o G-22 poderia, como ponto de partida, comprometer os seus bancos centrais a iniciarem a reflexão sobre como constituir esse fundo.

Essas são idéias que merecem consideração atenta. Nos momentos de crise, a ação orientada pelo conhecimento objetivo da realidade torna-se mais necessária do que nunca. E, nesses momentos, o custo da inação torna-se excessivo. O Brasil tem a firme intenção de continuar a dar uma contribuição substantiva a esses esforços de cooperação, que já são inadiáveis.

Muito obrigado.